



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022

TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL NO ASSENTAMENTO HERANÇA DO CONTESTADO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E INTERIOR.

A Prefeitura Municipal de Mafra/SC através de sua **Comissão Permanente Julgadora de Licitações, designados pela Portaria nº 272/22, de 16.03.2022**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto processo licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** visando a **contratação de empresa especializada para construção de Centro de Convivência Social no Assentamento Herança do Contestado, conforme Repasse através de Transferência Especial, Emenda nº SCC 00001267/2022, publicado no diário oficial - SC - nº21.768, de 11 de maio de 2022 conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório através da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior**, o que se realizará nos termos deste, e em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, devendo o envelope contendo a documentação habilitatória e a proposta serem entregues no **Departamento de Licitações do Município de Mafra/SC, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, até às 09h00min do dia 18 de outubro de 2022, para posterior abertura dos envelopes às 09h05min do mesmo dia**, o que se fará acontecer na sede da Prefeitura Municipal de Mafra/SC, junto ao setor de Licitações.

1 – DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DO CERTAME

Constitui o objeto da presente licitação a **contratação de empresa especializada para construção de Centro de Convivência Social no Assentamento Herança do Contestado, conforme Repasse através de Transferência Especial, Emenda nº SCC 00001267/2022, publicado no diário oficial - SC - nº21.768, de 11 de maio de 2022 conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório através da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior**, cuja empresa vencedora executará a obra, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha Descritivo, devendo a empresa apresentar Cronograma Físico-Financeiro o qual fará parte deste Edital.

1.1 Descrição da Obra :

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$
01	Execução de obra para construção de Centro de Convivência Social no Assentamento Herança do Contestado , com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório.	R\$ 255.200,51
VALOR TOTAL		R\$ 255.200,51



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

1.2. Para uma melhor compreensão do objeto, a empresa licitante deverá observar todos os detalhes constantes dos anexos que fazem partes integrantes deste Edital, inclusive anexos, independentemente de sua transcrição, conforme citados no item 17.14.

1.3. Os envelopes contendo a Documentação (nº 1) e a Proposta Comercial (nº 2) deverão ser entregues até às **09h00min do dia 18/10/2022**, no **Departamento de Licitações do Município de Mafra/SC, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra**, sendo que a sessão pública de abertura e início de julgamento da proposta de Habilitação ocorrerá no mesmo dia, às **09h05min**, no endereço supracitado.

1.4. O objeto do futuro contrato será executado em regime de **EMPREITADA GLOBAL**

1.5. O serviço não poderá ser iniciado sem a aprovação do Cronograma Físico-Financeiro, sem a emissão da Ordem de Serviço, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) do técnico de nível superior responsável pela obra e sem a abertura do Diário de Obra, se assim for o caso.

1.6. O prazo de execução do objeto se dará conforme cronograma físico financeiro e se iniciará após a emissão da Ordem de Serviço.

1.7. O valor TOTAL estimado pela administração e o máximo fixado para a execução do objeto desta licitação é de **R\$ 255.200,51 (duzentos e cinquenta e cinco mil duzentos reais e cinquenta e um centavos)**.

1.8. O critério de julgamento será pelo requisito **MENOR PREÇO GOLBAL**, com fixação de Valor Máximo Unitário.

1.8.1. As propostas apresentadas com valores superiores ao informado na coluna "UNITÁRIO" da Planilha Orçamentária serão automaticamente desclassificadas.

2 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

536 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 50 . 2.242 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

513 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 50 . 2.242 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Poderão participar desta licitação as empresas devidamente cadastradas no Município de Mafra/SC, e que tenham especificado, como objetivo social da empresa, expresso no estatuto, contrato social ou documento constitutivo, atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.1. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas em consórcio.

3.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente desta Licitação:

3.2.1. O Autor dos projetos constantes neste Edital, seja esta pessoa jurídica ou física;

3.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital, com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou sub contratado;

3.2.3. Servidor ou dirigente da Prefeitura Municipal de Mafra/SC.

3.3. Os licitantes deverão apresentar os DOCUMENTOS e a PROPOSTA COMERCIAL, em envelopes separados, fechados, contendo externamente os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE MAFRA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022

ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO

PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA E CNPJ)

AO MUNICÍPIO DE MAFRA/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA

PROPONENTE: (NOME COMPLETO DA EMPRESA E CNPJ)



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

3.4. O ENVELOPE Nº 1 (DOCUMENTAÇÃO) deverá conter os documentos exigidos para a habilitação, conforme disposto no item 6.

3.5. O ENVELOPE Nº 2 (PROPOSTA) deverá conter a proposta comercial, conforme disposto no item 7 deste Edital.

3.6. Não serão aceitas nem recebidas, pela Comissão de Licitação em hipótese alguma, Documentação e Proposta de Preços após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e/ou enviadas por qualquer meio anteriormente à data do vencimento desta licitação.

3.7. As dúvidas de caráter técnico ou legal na interpretação dos termos deste EDITAL, deverão ser formalizadas e endereçadas, por escrito até 05 (cinco) dias úteis, imediatamente anteriores à data marcada para a entrega dos envelopes “01” e “02” à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Mafra/SC, no endereço mencionado no item 1.3 deste Edital.

3.8. A Comissão Permanente de Licitação responderá às questões formuladas através de e-mail, dirigido a todos os interessados que tenham retirado o Edital e seus anexos, apresentando a pergunta formulada e sua respectiva resposta até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a entrega dos envelopes.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para participar da licitação como representante da empresa licitante, o interessado deverá credenciar-se junto a Comissão de Licitações no início da sessão, podendo fazê-lo da seguinte forma:

4.1.1. Sendo o representante sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá este apresentar o respectivo Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a representar, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; ou

4.1.2. Por meio de Procuração pública ou particular com firma reconhecida (em Cartório) expressando seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da representada, firmada por sócio ou quem de direito, conforme disposto em estatuto, contrato social ou ato constitutivo.

4.1.2.1. A Procuração somente será aceita pela Comissão de Licitação se estiver acompanhada do Estatuto, Contrato Social, ou ato constitutivo da empresa a representar, para fins de comprovação de poderes de outorga da procuração.

4.2. O representante credenciado deverá apresentar, também, carteira de identidade ou documento equivalente que o identifique.

4.3. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante.

4.4. As pessoas que não comprovarem possuir poderes para representação legal das licitantes somente poderão participar da sessão como ouvintes.

4.5. Os documentos de que trata o item 4 (Do Credenciamento) deverão ser apresentados em original ou fotocópia autenticada.

4.6. A autenticação que trata o item 4.5 poderá ser realizada em cartório competente ou por servidor público integrante do Setor de Licitações do Município de Mafra/SC

4.6.1. A autenticação por servidor público de que trata o item 4.6, somente poderá ser realizada até às **09h00min do dia 18 de outubro de 2022, no Departamento de Licitações do Município de Mafra/SC, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra.**

4.6.2. A autenticação somente poderá ser feita mediante apresentação de cópia do documento acompanhada da via Original.

5 – DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

Na data, hora e local estabelecido a Comissão Permanente de Licitações, em sessão pública, procederá ao julgamento da seguinte forma:

5.1. O Credenciamento dos representantes das empresas licitantes, conforme dispõe o item 4 deste Edital.

5.2. A abertura dos envelopes dos documentos, sendo rubricados pelos membros da Comissão e demais presentes;

5.2.1. A abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope nº 02) poderá ser realizada logo após o resultado da habilitação, desde que a Comissão tenha condições imediatas de julgá-la, e que estejam



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

presentes os prepostos das empresas participantes e que os mesmos concordem com o resultado da habilitação.

5.2.2. Caso a Comissão julgue conveniente, a seu critério, poderá suspender a reunião, afim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data ou horário em que voltará a se reunir com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação;

5.2.2.1. Ocorrendo o caso previsto no item anterior, a Comissão e os participantes deverão rubricar os envelopes das propostas que ficará em poder da Comissão até julgada a habilitação;

5.3. O não comparecimento de qualquer um dos participantes às novas reuniões marcadas, não impedirá que se realizem;

5.4. Do resultado da habilitação caberá recurso ou desistência na forma da lei;

5.5. Decidida a fase de habilitação, somente serão abertos os envelopes contendo as propostas dos concorrentes declarados habilitados;

5.6. As propostas dos concorrentes não habilitados permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente fechados, até a homologação da licitação;

5.7. Abertos os envelopes das propostas, serão as mesmas rubricadas pela Comissão e demais presentes;

5.8. A Comissão de Licitações analisará a aceitabilidade das propostas apresentadas;

5.9. Caso a Comissão julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a reunião, afim de que tenha melhores condições de apreciar as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e/ou horário em que voltará a reunir-se publicamente para apresentação do resultado do julgamento das propostas;

5.10. O julgamento das propostas, atendidas as condições previstas no edital, se processará de acordo com a legislação em vigor, levando-se em conta o **MENOR PREÇO GLOBAL**, com observância aos valores unitários fixados;

5.11. No caso de empate, a classificação se dará por sorteio em ato público, ou aplicada a Lei Complementar 123/2006, conforme o caso;

5.11.1. Caso não estejam presentes à sessão nenhum proponente, a Comissão convocará duas testemunhas, e fará em seguida o sorteio público;

5.12. Dos atos e procedimentos deste certame, será lavradas as respectivas Atas.

5.13. As Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte que comprovaram seu enquadramento através da apresentação da Certidão Simplificada, exigência do item 6.1.2 (da habilitação), poderão valer-se do direito de preferência que trata a Lei Complementar 123/2006, tanto na fase de habilitação quanto na fase de classificação das propostas, conforme condições estabelecidas na lei.

6 – DA HABILITAÇÃO

O ENVELOPE Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) deverá conter os documentos abaixo relacionados:

6.1. Para fins de Habilitação Jurídica:

6.1.1. Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Mafra/SC.

6.1.1.1. As empresas interessadas em participar do presente certame e não cadastradas junto ao Município de Mafra/SC, deverão providenciar o Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor da Prefeitura Municipal de Mafra/SC constante do item anterior, até o 3º (terceiro) dia anterior à data de recebimento das propostas, junto ao setor de cadastro da licitante, apresentando para os documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, exigidas de conformidade com o que dispõem a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores, cuja relação encontra-se disponível no site www.mafra.sc.gov.br, link “Cadastro CRC”.

6.1.1.2. Caso não apresente o Certificado de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Mafra/SC, a empresa deverá apresentar todos os documentos solicitados para tal em conformidade com o art. 22, §2 da lei de Licitações 8.666/93.

6.1.2. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial no respectivo Estado ou se tratando de Sociedade Simples, da certidão emitida pelo Registro de Pessoas Jurídicas onde a mesma fora registrada, **devendo a data de emissão, não superior a 60 (sessenta) dias.**

6.1.3. Registro comercial, no caso de empresa individual.



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel:047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

6.1.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus atuais administradores.

6.1.5. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

6.2. Para fins de Qualificação Econômico e Financeira, a licitante deverá apresentar:

6.2.1. Certidão de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

a.1) Observação: Devido a implantação do sistema ***eproc*** no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, quanto a certidão de "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" possuir a seguinte observação: **"ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc..."**, as certidões deverão ser apresentadas conjuntamente tanto no sistema ***eproc*** quanto no ***SAJ***.

6.2.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, contendo termo de abertura e fechamento que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação das seguintes fórmulas, mediante apresentação de laudo técnico assinado pelo contador responsável:

6.2.2.2. Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0, calculado pela seguinte fórmula:

$ILC = \frac{AC}{PC} > 1,0$	Onde: ILC = índice de liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ≥ = maior ou igual
-----------------------------	--

Obs. Não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez Corrente for inferior a 1,0 (um vírgula zero);

6.2.2.3. Grau de Endividamento (GE) igual ou menor que 1,0, calculado pela seguinte fórmula:

$GE = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$	Onde: GE = Grau de Endividamento AT = Ativo Total PC = Passivo Circulante ELP = Exigível a longo prazo ≤ = menor ou igual
-------------------------------------	--

Obs. Não será habilitada a empresa cujo Índice de Grau de Endividamento for superior a 1,0 (um vírgula zero);

6.3. Para fins de Qualificação de Regularidade Fiscal, a licitante deverá apresentar:

6.3.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

6.3.2. Prova de regularidade para com as Fazendas: Estadual e Municipal da sede da licitante;

6.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito – CND, com o INSS (ou Conjunta na forma da lei), demonstrando situação regular no cumprimento das contribuições sociais;

6.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

6.3.5.1. Não será aceito Certidão de Ação Trabalhista para fins de comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, que somente será comprovado com a apresentação da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.4. Para fins de Qualificação Técnica a licitante deverá apresentar:

6.4.1. Certidão de registro de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA/CAU, dentro do seu período e condições de validade de acordo com normativas do CREA/CAU, comprovando de que a proponente mantenha na data da



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

licitação o objeto aprovado pelo CREA/CAU de acordo com objeto licitado e conter no mínimo um engenheiro civil ou arquiteto, como responsável técnico pela empresa.

6.4.1.1. Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado de Santa Catarina, poderá providenciar o Registro junto ao CREA/CAU de Santa Catarina até a assinatura do Contrato.

6.4.2. Certidão de Pessoa Física de pelo menos 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto, emitido pelo CREA/CAU, atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro do profissional no Conselho.

6.4.2.1. Entende-se por profissional a pessoa física de nível superior (na área de engenharia civil ou arquitetura), que será o responsável técnico do serviço (objeto desta licitação), devendo ser o mesmo que comprove a capacidade técnica operacional da empresa, referida no item 6.4.1 deste Edital.

6.4.2.2. Se o Técnico Profissional de Nível Superior que será o responsável técnico do serviço (objeto da licitação) não for o sócio/ proprietário da empresa (devendo para tanto apresentar o documento constitutivo), deverá comprovar o vínculo (com a empresa licitante) por meio de:

a) Cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho; ou

b) Contrato de prestação de serviços firmado com o licitado em data anterior a abertura desta licitação, acompanhada da ART ou RRT de Cargo/Função, para comprovação do referido prazo.

6.4.2.3. O responsável técnico da empresa proponente poderá ser substituído (no decorrer do contrato) por profissional de experiência equivalente ou superior (conforme aqui exigido), desde que informado e autorizado pelo Município.

6.4.3. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

6.4.4. Atestado de capacidade técnica que comprove que o Engenheiro ou Arquiteto responsável técnico pela obra, tenha(m) executado serviços similares com quantitativo **igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), podendo ser a somatória de 2 (duas obras)**, conforme o objeto deste edital e seus anexos. Este atestado deverá estar vinculado à certidão de acervo técnico (CAT) do CREA ou CAU e acompanhado da mesma.

6.5. Declaração de que a empresa licitante está regular perante as leis trabalhistas (conforme modelo constante do Anexo II);

6.6. Declaração de inexistência de fato impeditivo à licitação e conhecimento do local da obra (conforme modelo constante do Anexo IV).

6.7. Declaração informando a pessoa que vai representar a empresa para assinatura do contrato, contendo nome, CPF, endereço e fone para contato, conforme modelo fornecido no Anexo V deste Edital.

6.8. Declaração Lei 13.898/2019, conforme Anexo VII do edital.

6.9. Declaração informando a equipe técnica, conforme modelo constante no ANEXO VIII deste Edital.

6.10. Planilha informando os encargos trabalhistas, conforme modelo constante no ANEXO IX deste Edital.

6.11. Declaração de utilização de materiais, conforme modelo constante no ANEXO III deste Edital.

6.12. Os documentos do Envelope nº 01 (Documentação) deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou servidor público integrante da Comissão de Licitações do Município de Mafra/SC, ou, conforme o caso, publicação em órgão da imprensa oficial (exceto os documentos emitidos via internet).

6.12.1. A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser realizada até às **09h00min do dia 18 de outubro de 2022**, Departamento de Licitações do Município de Mafra/SC, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra.

6.12.2. Os documentos quando obtidos via Internet, somente terão validade após serem conferidos eletronicamente pela Comissão de Licitações do Município de Mafra/SC, no ato de abertura da documentação de habilitação, prevalecendo, quando divergentes em relação à data, aqueles constantes da conferência eletrônica, ficando assim, dispensados de autenticação.



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

6.12.2.1. No caso de impossibilidade de acesso à Internet para verificação da autenticidade das certidões, a sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

6.13. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial (exceto quando o próprio documento comprovar que é válido tanto para matriz quanto para filial).

6.14. Para os documentos que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

7 – DA PROPOSTA COMERCIAL

No envelope nº 2 (PROPOSTA) deverá conter a proposta comercial, emitida em 1 (uma) via, datilografada ou impressa, devidamente identificada e assinada pelo representante legal do licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, além de conter claramente os itens consignados a seguir:

7.1. PLANILHA DE PREÇO – Impreterivelmente, para a apresentação do preço, os licitantes deverão elaborar sua (s) proposta (s) de acordo com o modelo de carta proposta com planilha Orçamentária (Anexo VI), onde preencherão os campos com as respectivas marca/modelo e preços, sendo que o julgamento da Proposta será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** com fixação de valor máximo unitário.

7.1.1. As propostas apresentadas com valores UNITÁRIOS superiores ao máximo fixado serão automaticamente desclassificadas.

7.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda nacional, sendo admitidas apenas duas casas decimais após a vírgula.

7.1.3. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos a partir da data prevista para abertura das propostas comerciais (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.1.3.1. A Proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de sessenta dias a contar da abertura da mesma.

7.1.4. A Carta proposta deverá vir acompanhada do cronograma físico - financeiro.

7.2. As propostas apresentadas em desacordo com o presente Edital serão desclassificadas.

7.3. A proposta depois de entregue é irretratável e irrenunciável.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais.

7.5. A falta de assinatura e/ou carimbo (ou identificação da empresa) na proposta poderá ser suprida/preenchida pelo representante legal da empresa (devidamente credenciado) presente à Sessão de Julgamento.

7.6. Considerar-se-ão inclusas na proposta todas as despesas concernentes à execução da obra, tais como materiais e mão de obra necessária, encargos sociais, ferramental, equipamentos, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.

7.7. A licitante vencedora deverá oferecer garantia dos serviços pelo período de 05 (cinco) anos, nos termos do novo Código Civil Brasileiro, independente do termo de recebimento definitivo, ficando a adjudicatária, responsável, neste período pela obra, sendo obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidades pelo Município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

7.8. Na proposta comercial deverá constar todas as despesas concernentes à execução das obras e/ou serviços projetados e especificados com o fornecimento de materiais e mão de obra necessária para os projetos constantes das especificações, encargos sociais, taxas, impostos, ferramental, equipamentos, assistência técnica, benefícios, despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e atributos, bem como a inscrição de matrícula da obra perante o INSS, e tudo mais necessário à perfeita e cabal execução dos serviços.

7.8.1. A proposta de preço deverá obrigatoriamente conter o valor GLOBAL separando materiais e mão de obra, e o valor individual dos materiais e valor da mão de obra de cada item, para fins retenções de impostos, além da indicação do BDI utilizado para cada item.

7.8.3. O preço do objeto licitado não sofrerá alteração em virtude de fretes, impostos ou quaisquer outras despesas, por já incluir no preço final cotado.

7.8.4. Despesas com transporte, alimentação, hospedagem e outros, correm por conta do proponente.



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

7.8.5. O objeto deverá atender às exigências de qualidade exigidas no edital, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes, atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.8.6. Os licitantes deverão apresentar na proposta de preços os custos dos insumos adicionados com o seu BDI (Benefício ou Bonificação e Despesas Indiretas), praticado para a execução do objeto licitado, sendo este expresso em porcentagem.

7.9. O valor TOTAL máximo aceito na proposta para execução do objeto da licitação será de **R\$ 255.200,51 (duzentos e cinquenta e cinco mil duzentos reais e cinquenta e um centavos)**.

7.10. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas fora do prazo estabelecido nesta Tomada de Preços.

7.11. Deverá a licitante, juntamente na proposta, informar os acordos/convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços.

7.12 A Licitante deverá elaborar a planilha orçamentária levando em consideração que as obras e serviços objeto desta Licitação devem ser entregues completos. Em consequência, ficará a cargo de a Licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, não lhe cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos de pagamentos decorrentes, caso não tenha se manifestado expressamente, indicando as divergências encontradas entre as planilhas, projetos e especificações.

7.13 **Classificadas as propostas, a Comissão de Licitação verificará se existem propostas apresentadas por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso em que, não sendo destas a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:**

a) Havendo empate ficto, ou seja, se a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte for até 10% (dez por cento) superior a de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado do encerramento da sessão de abertura das propostas ou publicação da classificação das propostas, quando esta não se realizar na própria sessão.

b) Tal medida poderá ser dispensada em caso de renúncia expressa manifestada pela microempresa ou empresa de pequeno porte favorecida pelo empate ficto.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa e pequeno porte que se encontrem no intervalo de empate ficto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Não ocorrendo à contratação na forma da alínea “a”, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

e) Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8 – DA EXECUÇÃO E DOS PRAZOS

8.1. A empresa vencedora terá prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de homologação do processo licitatório, para a assinatura do contrato.

8.2. A empresa vencedora terá **prazo máximo de 05 (cinco) meses, conforme o cronograma físico financeiro** e se iniciará após a emissão da Ordem de Serviço, para a conclusão do objeto contratado.

8.3. O serviço/obra não poderá ser iniciado sem a aprovação do Cronograma Físico-Financeiro, sem a emissão da Ordem de Serviço, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) do técnico de nível superior responsável pela obra e sem a abertura do Diário de Obra.

8.4. A obra/serviço deverá ser executada de acordo com as condições contidas neste Edital, e a proposta apresentada pelo licitante, que originará o contrato, e que este declara conhecer.

8.5. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se aprovada pelo ordenador da despesa deste Município (Secretaria Municipal de Administração).

8.6. Havendo a necessidade de alterações na execução do objeto, a empresa contratada deverá formalizar pedido por escrito apresentando ao Protocolo do Município.



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

8.7. Os atrasos na execução dos serviços, nos prazo de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município de Mafra, desde que comprovados na época oportuna, dentro da vigência do prazo contratual.

8.7.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, estes serão encaminhados por escrito ao Protocolo do Município de Mafra, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, até 15 (quinze) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada.

8.8. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

9 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

Após a adjudicação do vencedor, o processo licitatório - juntamente com o processo que lhe deu origem - deverá ser encaminhado ao setor competente para empenhamento, homologação e a respectiva assinatura do contrato, com a expedição da ordem de serviço.

9.1. Após o exame do respectivo processo licitatório e verificado o atendimento das normas legais a este Edital e a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, a Secretaria de Administração do Município de Mafra/SC homologará a decisão da Comissão de Licitação, promovendo a assinatura do contrato com a licitante vencedora, o qual terá a sua vigência em conformidade com o prazo de execução dos serviços, estipulado neste Edital, podendo ser prorrogado, se houver interesse da Administração Pública.

9.1.1. Caso não estejam atendidas as normas prescritas, anulará ou revogará o certame.

9.2. Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

10 – DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO

Caberá a **Secretaria Municipal de Agricultura e Interior** através dos Fiscais de contrato, **designados pela portaria nº 1307/21 em 17.11.2021**, juntamente com o **serviço de engenharia deste Município designados pela portaria nº 800/21 em 14.06.2021**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, sem prejuízo da obrigação do Contratado de fiscalizar seus prepostos ou subordinados.

10.1. A fiscalização do contrato em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do Contratado, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências.

10.2. A fiscalização poderá exigir o afastamento imediato de qualquer empregado do Contratado, se este estiver desempenhando os serviços de modo prejudicial ao andamento da obra.

10.3. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução do objeto licitado/contratado, será o DIÁRIO DE OBRAS, fornecido pela CONTRATADA, onde tanto o Contratado quanto a fiscalização deverão proceder às anotações diárias, visando à comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do contrato, sendo visando diariamente por profissionais credenciados de ambas as partes.

10.4. A FISCALIZAÇÃO do Município de Mafra procederá a medição dos serviços a cada etapa conforme cronograma físico-financeiro.

10.5. Concluídos os serviços em cada etapa, conforme o Cronograma Físico-Financeiro, se estes estiverem em perfeitas condições, serão recebidos pela fiscalização deste Município.

10.6. O Contratado comunicará por escrito a finalização da obra/serviço ao Contratante, o qual, por intermédio da fiscalização, estando os serviços em condições, receberá provisoriamente, lavrando o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que posteriormente, caso não apresente problemas, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

10.7. O futuro contratado responderá por todos os serviços e despesas decorrentes da execução das obras inclusive pelos equipamentos e máquinas necessárias, com solidez e segurança, fornecimento de material a ser empregado na mesma.

11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

Os recursos administrativos serão regidos conforme Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada e os recursos interpostos fora do prazo, não serão conhecidos.

11.1. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente com vistas aos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.

11.2. É admissível recurso em qualquer fase da Licitação e das obrigações dela decorrentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da lavratura da ata, de acordo com o que dispõe o artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações;

11.3. Os recursos referentes à habilitação, à inabilitação e ao julgamento das propostas terão efeito suspensivo, não o tendo nos demais casos.

12 – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis. Entretanto poderão ser reajustados, a pedido da CONTRATADA para análise da CONTRATANTE, a partir de decorridos 12 (doze) meses da data efetiva da proposta, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

12.1. Admitida a hipótese, os preços inicialmente sugeridos serão reajustados pela variação do Índice de Custos da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, consoante a seguinte fórmula:

$R = V \frac{(I - I_0)}{I_0}$	R – Reajustamento procurado; I - Índice correspondente à data de adimplemento da parcela do serviço faturado; I ₀ – Índice do mês referente a data limite de entrega da proposta a Licitante; V – Valor do pagamento solicitado a preços iniciais do contrato.
-------------------------------	--

13 – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual, quer seja do cronograma, do prazo de vigência, do projeto ou das especificações, será efetuada sem autorização da Licitante. Em se tratando de acréscimo de obras, embora devidamente autorizado pela Licitante, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) se reforma, e 25% (vinte e cinco por cento) para obras e serviços, do valor global deste Contrato de acordo com o art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores

13.1. As alterações contratuais se darão por meio de aditamento e deverão respeitar o trâmite administrativo e a legislação estadual vigente, não podendo se dar antes da devida publicação do termo aditivo/supressivo.

13.2. Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Secretaria, e serão considerados por esta Secretaria quando forem anotados no Diário de Obras.

13.2.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais e ao prazo final, serão encaminhados por escrito à esta Secretaria um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 30 (trinta) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

13.3. O contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

13.3.1 Unilateralmente, pela Contratante:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei no. 8666/93 alterada pela Lei 8.883/94.

13.3.2. Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

b) quando necessária a modificação do regime de execução ou modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

13.3.3. Todo e qualquer pedido de aditivo/supressão, ainda que se refira ao prazo de execução da obra ou de vigência do contrato, deverá ser efetuado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência ao término do referido prazo ou da necessidade de execução dos serviços, e seguirá o seguinte trâmite:

a) Protocolo no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Mafra/SC;

b) Emissão de Parecer Técnico dos responsáveis pelo contrato, bem como do setor de engenharia da Prefeitura Municipal de Mafra/SC;

c) Emissão de Parecer Contábil, pela Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento acerca da existência de recursos orçamentários para o adimplemento dos serviços, quando se tratar de aditivo de valor, reajuste contratual ou reequilíbrio financeiro;

d) Parecer Jurídico acerca da possibilidade legal de realização do respectivo ajuste;

e) Confecção do Termo Aditivo, assinatura e posterior publicação oficial.

14 – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos além de:

14.1. Ter pleno conhecimento do local onde se executará o objeto da licitação, e de suas condições pelo que reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas e Fornecer a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

14.2. Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

14.3. A empresa contratada assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Prefeitura Municipal de Mafra/SC ou a terceiros.

14.4. A empresa contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem na obra.

14.5. A empresa contratada providenciará às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

14.6 - A empresa contratada providenciará, às suas custas, o fornecimento das placas indicativa da obra e de registro histórico conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

14.7. A empresa contratada providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra ou serviço de forma discriminada.

14.8. A empresa contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

14.9. O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

14.10. A contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da Licitante, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

14.11. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

14.12. A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

14.13. Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

14.14. A Contratada não poderá sub-empregar o total dos serviços à ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Secretaria.

14.15. Apresentar, para o recebimento do respectivo pagamento, os seguintes documentos comprobatórios, devendo estes serem do domicílio ou sede da proponente, sob pena de sustação do pagamento, em caso de não apresentação

a) Regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através de Certidão Negativa de Tributos Federais e Negativa da Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Tributos Municipais;

c) Certificado de Regularidade do FGTS.

14.16. Os pagamentos serão efetuados em parcelas mediante apresentação da nota fiscal (A qual só poder ser emitida após medição e fiscalização) e laudo de medição atestado pelo encarregado do recebimento dos serviços, conforme cronograma físico financeiro, com vencimento em até 30 dias a contar da data de recebimento da Nota Fiscal.

14.16.1. As notas fiscais deverão ser entregues juntamente com laudo de vistoria fornecido pelos engenheiros designados, e conterà, além dos requisitos formais:

a) o número da licitação;

b) o número da ordem de serviço.

c) Os dados bancários da empresa (agência, conta corrente e banco).

14.16.2. As notas fiscais deverão estar acompanhadas do comprovante de pagamento da remuneração e das contribuições sociais (FGTS) correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificado.

14.16.3. A administração irá reter os valores quando os direitos trabalhistas forem inadimplidos pelas empresas contratadas.

14.16.4. Os impostos relativos aos serviços prestados serão retidos no momento da efetivação dos pagamentos, nos termos da Legislação em vigor, em especial a retenção de 11% do valor bruto da Nota Fiscal a título de INSS.

14.17. A Administração irá reter os valores quando os direitos trabalhistas forem inadimplidos pelas empresas contratadas, sendo inclusive possível a utilização destes valores para pagamento direto aos interessados de quaisquer verbas trabalhistas que vierem a ser inadimplidos pela empresa contratada.

15 – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos arts. 58, inciso II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores e processar-se-á considerando-se:

15.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

15.2. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente Licitante, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

15.3. Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) não cumprimento de Cláusula contratual, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início dos trabalhos.

e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;



Prefeitura do Município de Mafra

Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

- f) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações;
- g) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) A dissolução da sociedade ou a falência da empresa contratada;
- i) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- j) O protesto de título ou emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizam a insolvência do Contratado.
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Licitante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação decorrente do futuro contrato ou instrumento convocatório sujeitará ao Contratado à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 05 (cinco) dias consecutivos, multa diária de 0,2% sobre o valor total do contrato;
- b) atraso superior a 05 (cinco) dias consecutivos, multa diária de 0,4% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Mafra.

16.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Município de Mafra poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais bem como das multas e penalidades previstas neste edital ou no contrato, cumuladas ou não às seguintes sanções

- a) advertência por escrito, quando o Contratado deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução do objeto contratado/licitado;
- b) multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a falta for em decorrência ao não atendimento da solicitação de correção apontadas pela advertência escrita (exemplos de aplicação da multa: quando a contratada se negar em refazer o serviço executado de forma irregular; empregar materiais que comprometam a qualidade dos serviços, ou que não atendam as especificações descritas no memorial descritivo/caderno de encargos/projetos/planilhas; prejudicar o serviço da fiscalização; descumprir cláusulas contratuais e instrumento convocatório, dentre outras falhas apontadas pela fiscalização do Município).
- c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Mafra pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese em que o Licitante ou Contratado, convocado dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não mantiver a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante o Município de Mafra.

16.3. O valor da multa aplicada poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, ou recolhido no Serviço de Tributação deste Município, ou ainda, judicialmente.

16.4. As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo Município de Mafra/SC.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Informações e/ou esclarecimentos acerca do edital e anexos desta licitação poderão ser solicitadas até dois dias úteis antes da data limite para entrega dos envelopes, mediante correspondência protocolada ou pelo **telefone (47) 3641-4009**, dirigida a Comissão de Licitações do Município de Mafra, ou através do e-mail



Prefeitura do Município de Mafra Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel: 047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

licitacaomafra@hotmail.com, de segunda a sexta-feira (dias úteis), no horário das 08:00h às 12:00h. e das 13:30 às 17:00h.

17.2. As respostas aos eventuais questionamentos serão disponibilizadas a todos os interessados na licitação, na página da internet do Município de Mafra, no endereço www.mafra.sc.gov.br, no ícone da licitação.

17.3. A empresa vencedora deverá apresentar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO que será encaminhado à apreciação e aprovação por Técnico do Município. Em caso de não aprovação pela municipalidade, o Contratado terá prazo de 3 (três) dias úteis para promover os ajustes solicitados, caso não cumpra este prazo, passará a vigorar o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO de referência, adaptando os preços propostos pela empresa contratada.

17.4. A presente licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.5. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, o conhecimento de todas as peculiaridades e necessidades para execução dos serviços.

17.5.1. A não impugnação desta Concorrência e seus Anexos, na forma do art. 41, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, implica na aceitação de todos os seus termos.

17.6. Os interessados para obter cópia do presente edital e anexos no site do Município www.mafra.sc.gov.br **Licitação/Tomada de Preços.**

17.7. Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei Complementar 123/2006, e demais legislações em vigor, pertinentes à matéria.

17.8. O Aviso de Licitação será afixado no Mural da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios.

17.9. Não serão levadas em consideração quaisquer propostas que não se enquadrem nas especificações exigidas.

17.10. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de promover diligência para verificação, esclarecimentos e complementação das informações prestadas, obrigando-se a empresa a fornecê-las no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de inabilitação, nos termos do artigo 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.

17.11. Em relação às decisões proferidas pela Comissão de Licitações, cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação ou publicação do ato no mural do "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, e no Diário Oficial dos Municípios

17.12. Os recursos interpostos serão processados nos termos do Capítulo V, da Lei nº 8.666/93, devendo ser encaminhados diretamente ao Prefeito Municipal, protocolado pelo interessado, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Mafra.

17.13. Para dirimir controvérsias decorrentes desta licitação, o foro competente é o da Comarca da cidade de Mafra, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro.

17.14. São parte integrante deste Edital, as planilhas e demais documentos presentes no Processo Administrativo Físico, bem como os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo

ANEXO II – Modelo Declaração Cumprimento Leis Trabalhistas;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Utilização de Materiais;

ANEXO IV – Modelo de Declaração Inexistência Fatos Impeditivos para a Habilitação;

ANEXO V – Modelo de Declaração para Assinatura do Contrato;

ANEXO VI – Modelo Planilha para a apresentação da Proposta Comercial;

ANEXO VII – Declaração Lei 13.898/2019;

ANEXO VIII - Modelo Relação da Equipe Técnica;

ANEXO IX - Modelo Planilha Encargo Trabalhistas;

ANEXO X– Minuta Contratual.

Mafra/SC, 22 de setembro de 2022.



Prefeitura do Município de Mafra
Secretaria de Administração

Avenida Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro, Mafra/SC
Tel:047-3641-4000 / CEP: 89300-070
Site: www.mafra.sc.gov.br, e-mail: administracao@mafra.sc.gov.br

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

FÁBIO MURIEL DE MOURA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

ANEXO I
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 651/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
TERMO DE REFERÊNCIA, MEMORIAL DESCRITIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

ENDEREÇO: MAFRA - SC									
ENDEREÇO: LOCALIDADE DE FAZENDA POTREIRO							BDI - 25,00%		
PRAZO DE CONSTRUÇÃO: 5 MESES - ÁREA TOTAL À CONSTRUIR: 260,00 M²							DATA:05/07/2022		
ORÇAMENTO DE CONSTRUÇÃO - CENTRO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL									
FONTE	CÓDIGO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO s/bdi	PREÇO UNITÁRIO c/bdi	TOTAL	
		1	SERVIÇOS PRELIMINARES						
SINAPI	98525	1.1	Limpeza mecanizada de terreno com trator de esteiras	M ²	300,00	R\$ 0,36	R\$ 0,45	R\$135,00	
SINAPI INS.	4813	1.2	Placa de obra em chapa de aço galvanizada, medidas 3,00 x 1,00 m	M ²	3	R\$ 315,00	R\$ 393,75	R\$1.181,25	
SINAPI	93357	1.3	Instalações provisórias de esgoto	UNID	1,00	R\$ 435,82	R\$ 544,78	R\$544,78	
SINAPI	99059	1.4	Locação de obra com gabarito de tábuas corridas com reaproveitamento (banheiros)	M	13,82	R\$ 53,31	R\$ 66,64	R\$ 920,96	
		1.1	MOVIMENTAÇÕES DE TERRA PARA FUNDAÇÕES (BANHEIROS)						
SINAPI	96525	1.1.3	Escavação mecanizada de vala para viga baldrame, com previsão de fôrmas	M ³	2,31	R\$36,89	R\$ 46,11	R\$ 106,51	
SINAPI	94319	1.1.5	Aterro apiloado em camadas de 0,20 m com material argilo-arenoso (entre baldrames)	M ³	1,68	R\$ 97,21	R\$ 121,51	R\$ 204,14	
SINAPI	101616	1.1.6	Acerto do solo natural em fundo de vala	M ²	2,57	R\$ 5,41	R\$ 6,76	R\$ 17,37	
SINAPI	93382	1.1.7	Reaterro manual de valas com compactação mecanizada	M ³	1,53	R\$ 28,40	R\$ 35,50	R\$ 54,32	
						TOTAL DO ITEM		R\$ 3.164,33	
		2	ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA (BARRACÃO)		UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL

COTAÇÃO	2.1	Barracão pré-moldado (medidas 12,35 x 20,25 m, conforme projeto arquitetônico), incluso locação, fundações, viga baldrame, superestrutura, placas de fechamento lateral (H=2,00 m) e cobertura em fibrocimento E=6,00 mm	UNID	1	R\$ 125.000,00	R\$ 156.250,00	R\$ 156.250,00
					TOTAL DO ITEM		R\$ 156.250,00
	3	FUNDAÇÕES (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/BDI	TOTAL
	3.1	ESTACAS					
SINAPI	101173	3.1.1 Estaca broca de concreto fck=20 MPa, diâmetro de 25 cm, escavação manual, com armadura de arranque Ø 10 mm	M	6	R\$ 59,07	R\$ 73,84	R\$ 443,04
	3.2	BALDRAME					
SINAPI	95241	3.2.1 Lastro de concreto magro com espessura de 5 cm	M ²	2,57	R\$ 29,16	R\$ 36,45	R\$ 93,68
SINAPI	96536	3.2.2 Fabricação de fôrmas para viga baldrame em madeira serrada com reaproveitamento	M ²	10,3	R\$ 72,17	R\$ 90,21	R\$ 929,16
SINAPI	96546	3.2.3 Armação de aço utilizando aço CA-50 de 10 mm, montagem	Kg	21,62	R\$ 15,24	R\$ 19,05	R\$ 411,86
SINAPI	96545	3.2.4 Armação de aço utilizando aço CA-50 de 8 mm, montagem	Kg	13,72	R\$ 17,02	R\$ 21,28	R\$ 291,96
SINAPI	96543	3.2.5 Armação de aço utilizando aço CA-60 de 5 mm, montagem	Kg	14,64	R\$ 19,30	R\$ 24,13	R\$ 353,26
SINAPI	94964	3.2.6 Concreto fck= 20 MPa; preparo mecânico	M ³	0,78	R\$ 457,41	R\$ 571,76	R\$ 445,97
					TOTAL DO ITEM		R\$ 2.968,93
	4	IMPERMEABILIZAÇÃO (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/BDI	TOTAL
	4.1	IMPERMEABILIZAÇÃO DO BALDRAME					
SINAPI	98557	4.1.1 Impermeabilização com emulsão asfáltica, laterais e face superior, 2 demãos	M ²	12,87	R\$ 38,47	R\$ 48,09	R\$ 618,92
					TOTAL DO ITEM		R\$ 618,92
	5	SUPERESTRUTURA (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/BDI	TOTAL
	5.2	CONCRETO ARMADO - PILARES					

SINAPI	92419	5.2.1	Montagem e desmontagem de fôrmas para pilares em madeira serrada com reaproveitamento	M ²	5,02	R\$ 88,85	R\$ 111,06	R\$557,52
SINAPI	92778	5.2.2	Armação de aço utilizando aço CA-50 de 10 mm, montagem	Kg	31,28	R\$ 15,19	R\$ 18,99	R\$594,01
SINAPI	92775	5.2.3	Armação de aço utilizando aço CA-60 de 5 mm, montagem	Kg	8,69	R\$ 19,43	R\$ 24,29	R\$211,08
SINAPI	103669	5.2.4	Concreto fck= 25 MPa; incluso lançamento, adensamento e acabamento	M ³	0,4	R\$ 856,11	R\$ 1.070,14	R\$428,06
		5.3	VIGAS SUPERIORES					
SINAPI	92448	5.3.1	Montagem e desmontagem de fôrmas para vigas em madeira serrada	M ²	11,11	R\$ 147,90	R\$ 184,88	R\$2.054,02
SINAPI	92778	5.3.2	Armação de aço utilizando aço CA-50 de 10 mm, montagem	Kg	28	R\$ 15,19	R\$ 18,99	R\$531,72
SINAPI	92777	5.3.3	Armação de aço utilizando aço CA-50 de 8 mm, montagem	Kg	17,78	R\$ 17,04	R\$ 21,30	R\$378,71
SINAPI	92775	5.3.4	Armação de aço utilizando aço CA-60 de 5 mm, montagem	Kg	16,6	R\$ 19,43	R\$ 24,29	R\$403,21
SINAPI	94965	5.3.5	Concreto fck= 25 MPa; preparo mecânico	M ³	0,83	R\$ 476,20	R\$ 595,25	R\$494,06
						TOTAL DO ITEM		R\$5.652,39
		6	ALVENARIAS (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		6.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO					
SINAPI	103324	6.1.1	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos de 14x19x39 cm incluso argamassa de assentamento (espessura de 14 cm)	M ²	47,37	R\$ 87,26	R\$ 109,08	R\$ 5.167,12
SINAPI	93188	6.1.2	Verga moldada in loco em concreto	M	5,35	R\$ 80,32	R\$ 100,40	R\$ 537,14
SINAPI	93196	6.1.3	Contraverga moldada in loco em concreto	M	2,4	R\$ 84,69	R\$ 105,86	R\$ 254,06
						TOTAL DO ITEM		R\$ 5.958,32
		7	PAVIMENTAÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		7.1	PISO INTERNO					
SINAPI	97083	7.1.1	Compactação de solo para piso com compactador a percussão (barracão)	M ²	250,08	2,89	R\$ 3,61	902,79
SINAPI	96622	7.1.2	Lastro de material granular, espessura de 5 cm	M ³	13	R\$ 136,86	R\$ 171,08	R\$ 2.224,04
SINAPI	94992	7.1.3	Piso em concreto de 20 MPa moldado in loco, acabamento convencional, espessura de 6 cm, armado com tela Q-196	M ²	250,08	93,17	R\$ 116,46	R\$ 29.124,32

SINAPI	94990	7.1.4	Piso em concreto de 20 MPa moldado in loco, acabamento convencional, espessura de 5 cm, não armado (banheiros)	M³	0,42	762,65	R\$ 953,31	R\$ 400,39
SINAPI	87630	7.1.5	Contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia) espessura de 3 cm (banheiros)	M²	8,4	37,1	R\$ 46,38	R\$ 389,59
						TOTAL DO ITEM		R\$ 33.041,13
		8	COBERTURA - BANHEIROS	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		8.1	TELHADO					
SINAPI	100358	8.1.1	Fabricação e instalação de meia tesoura, vão de 4 m, incluso içamento	UNID	3	R\$ 1.370,16	R\$ 1.712,70	R\$ 5.138,10
SINAPI	92539	8.1.2	Trama de madeira composto por ripas caibros e terças, incluso transporte vertical	M²	18,57	R\$ 74,52	R\$ 93,15	R\$ 1.729,80
SINAPI	94207	8.1.3	Telhamento com telha ondulada de fibrocimento E = 6 mm, incluso içamento e fixação	M²	18,57	R\$ 45,22	R\$ 56,53	R\$ 1.049,76
SINAPI	94223	8.1.4	Cumeeira para telha ondulada de fibrocimento E = 6 mm, incluso içamento e fixação	M	3,45	R\$ 79,82	R\$ 99,78	R\$ 344,24
SINAPI	100327	8.1.5	Rufo em chapa de aço galvanizada número 26, corte de 33 cm, incluso içamento	M	0,8	R\$ 65,04	R\$ 81,30	R\$ 65,04
SINAPI	96111	8.1.6	Forro em réguas de PVC, frisado, incluso estrutura de fixação	M²	8,4	R\$ 66,99	R\$ 83,74	R\$ 703,42
DEINFRA	42773	8.1.7	Forro tipo lambri em madeira (beiral telhado)	M²	5,3	R\$ 99,30	R\$ 124,13	R\$ 657,89
						TOTAL DO ITEM		R\$ 9.688,25
		9	ESQUADRIAS (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		9.1	PORTAS					
SINAPI	91313	9.1.1	Kit porta de madeira para pintura 70x210cm, espessura de 3,5 cm, incluso caixilho, fechadura, dobradiças e vistas, fornecimento e instalação	UND	1	R\$ 790,33	R\$ 987,91	R\$ 987,91
SINAPI	91315	9.1.2	Kit porta de madeira para pintura 90x210cm, espessura de 3,5 cm, incluso caixilho, fechadura, dobradiças e vistas, fornecimento e instalação	UND	1	R\$ 896,43	R\$ 1.120,54	R\$ 1.120,54
		9.2	JANELAS					

SINAPI	94569	9.2.2	Janela de alumínio do tipo Maxim-Ar, fornecimento e instalação (incluso vidros)	M ²	0,72	R\$ 751,18	R\$ 938,98	R\$ 676,07
						TOTAL DO ITEM		R\$ 2.784,52
		10	REVESTIMENTOS (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		10.1	CHAPISCO					
SINAPI	87905	10.1.1	Chapisco aplicado com colher de pedreiro e preparo em betoneira , traço 1:3	M ²	94,74	R\$ 8,19	R\$ 10,24	R\$ 970,14
		10.2	EMBOÇO INTERNO					
SINAPI	87553	10.2.1	Emboço para recebimento de cerâmica, traço 1:2:8, espessura de 10 mm	M ²	29,92	R\$ 16,43	R\$ 20,54	R\$ 614,56
		10.3	EMBOÇO EXTERNO					
SINAPI	87547	10.3.1	Massa única, para recebimento de pintura, traço 1:2:8, espesura de 10 mm	M ²	64,82	R\$ 21,03	R\$ 26,29	R\$ 1.704,12
		10.4	PISO					
SINAPI	93391	10.4.1	Revestimento cerâmico para piso com placas 35x35 cm com assentamento AC I, incluso rejunte	M ²	8,4	R\$ 33,49	R\$ 41,86	R\$ 351,62
SINAPI	96467	10.4.2	Rodapé cerâmico, 7 cm de altura, padrão popular, placa esmaltada	M	12	R\$ 5,32	R\$ 6,65	R\$ 79,80
		10.5	PAREDES-LADO INTERNO					
SINAPI	87273	10.5.1	Revestimento cerâmico para paredes internas com placas tipo esmaltada 33x45 cm com assentamento AC I, incluso rejunte	M ²	29,92	R\$ 59,67	R\$ 74,59	R\$ 2.231,73
		10.6	PINTURA					
SINAPI	88489	10.6.1	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica, duas demãos	M ²	64,82	R\$ 13,67	R\$ 17,09	R\$ 1.107,77
		10.7	PINTURA-PORTAS					
SINAPI	102218	10.7.2	Pintura de acabamento sobre madeira com tinta esmalte sintético	M ²	6,72	R\$ 14,32	R\$ 17,90	R\$ 120,29
						TOTAL DO ITEM		R\$ 7.180,03
		11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
		11.1	TUBULAÇÕES E CONEXÕES DE PVC					
SINAPI	89402	11.1.1	Tubeo PVC soldável, água fria, Ø 25 mm	M	13,8	R\$ 9,66	R\$ 12,08	R\$ 166,70

SINAPI	89362	11.1.2	Joelho 90° PVC soldável, água fria, Ø 25 mm	UNID	4	R\$ 8,30	R\$ 10,38	R\$ 41,52
SINAPI	90373	11.1.3	Joelho 90° PVC soldável, água fria, com bucha de latão, Ø 25 mm x 1/2	UNID	4	R\$ 15,11	R\$ 18,89	R\$ 75,56
SINAPI	89403	11.1.5	Tubo PVC soldável, água fria, Ø 32 mm	M	1,42	R\$ 16,75	R\$ 20,94	R\$ 29,73
SINAPI	89398	11.1.6	Tê PVC soldável, Ø 32 mm	UNID	3	R\$ 17,53	R\$ 21,91	R\$ 65,73
SINAPI INS.	9815	11.1.7	Tubo PEAD (polietileno de alta densidade) Ø 32 mm, parede 3,0 mm, para fornecimento de água	M	37,57	R\$ 11,27	R\$ 14,09	R\$ 529,36
SINAPI	89367	11.1.8	Joelho 90° PVC soldável, água fria, Ø 32 mm	UNID	1	R\$ 11,74	R\$ 14,68	R\$ 14,68
SINAPI INS.	0070	11.1.9	Flange de conexão Ø 32 mm	UNID	4	R\$ 36,83	R\$ 46,04	R\$ 184,16
SINAPI	89380	11.1.1 0	Redução PVC 32 x 25 mm	UNID	3	R\$ 9,98	R\$ 12,48	R\$ 37,44
SINAPI	94490	11.1.1 1	Registro de esfera PVC Ø 32 mm	UNID	2	R\$ 44,09	R\$ 55,11	R\$ 110,22
SINAPI INS.	06013	11.1.1 2	Registro de gaveta em latão com canopla e acabamento cromados, Ø 25 mm	UNID	3	R\$ 80,89	R\$ 101,11	R\$ 303,33
SINAPI	86884	11.1.1 3	Engate flexível PVC Ø 25 mm x 30 cm	UNID	4	R\$ 8,47	R\$ 10,59	R\$ 42,36
SINAPI INS.	34637	11.1.1 4	Caixa d'água 500 l em polietileno com tampa (baixa)	UNID	1	R\$ 230,37	R\$ 287,96	R\$ 287,96
SINAPI	94795	11.1.1 5	Torneira de bóia para caixa d'água	UNID	1	R\$ 33,83	R\$ 42,29	R\$ 42,29
		11.2	ACESSÓRIOS E METAIS					
SINAPI	86888	11.2.1	Vaso sanitário sifonado com caixa acoplada, fornecimento e instalação	UNID	2	R\$ 430,80	R\$ 538,50	R\$ 1.077,00
SINAPI	86906	11.2.2	Torneira de metal cromada de mesa para lavatório	UNID	2	R\$ 64,73	R\$ 80,91	R\$ 161,82
SINAPI	100870	11.2.3	Barra de apoio reta em alumínio, comprimento de 60 cm, fornecimento e instalação (para acessibilidade)	UNID	2	R\$ 322,15	R\$ 402,69	R\$ 805,38
SINAPI	100872	11.2.4	Barra de apoio em "U", comprimento de 80 cm, fornecimento e instalação (para acessibilidade)		1	R\$ 354,89	R\$ 443,61	R\$ 443,61
SINAPI	86902	11.2.5	Lavatório em louça branca com coluna, medidas 44 x 35,5 cm padrão popular	UNID	1	R\$ 326,87	R\$ 408,59	R\$ 408,59

SINAPI	86904	11.2.6	Lavatório em louça branca suspenso, medidas 29,5 x 39 cm (banheiro acessível)	UNID	1	R\$ 143,82	R\$ 179,78	R\$ 179,78
SINAPI INS.	37401	11.2.7	Toalheiro plástico para papel toalha interfolhado	UNID	2	R\$ 51,95	R\$ 64,94	R\$ 129,88
SINAPI INS.	11703	11.2.8	Papeleira de parede em inox para papel higiênico	UNID	2	R\$ 33,29	R\$ 41,61	R\$ 83,22
SINAPI	95637	11.2.9	Kit cavalete para medição de água, entrada principal, em latão, Ø 32 mm, fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 548,68	R\$ 685,85	R\$ 685,85
SINAPI	95675	11.2.1 0	Hidrômetro Ø 25 mm, 5 m³/h, fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 226,87	R\$ 283,59	R\$ 283,59
						TOTAL DO ITEM		R\$ 6.189,76
		12	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS (BANHEIROS)	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
SINAPI	89711	12.1	Tubo PVC soldável, Ø 40 mm	M	3,52	R\$ 18,38	R\$ 22,98	R\$ 80,89
SINAPI	89712	12.2	Tubo PVC, junta elástica, Ø 50 mm	M	1,45	R\$ 27,98	R\$ 34,98	R\$ 50,72
SINAPI	89714	12.3	Tubo PVC, junta elástica, Ø 100 mm	M	4,92	R\$ 54,66	R\$ 68,33	R\$ 336,18
SINAPI	89726	12.7	Joelho PVC 45º, soldável, Ø 40 mm	UNID	2	R\$ 7,17	R\$ 8,96	R\$ 17,92
SINAPI	89724	12.8	Joelho PVC 90º soldável, Ø 40 mm	UNID	5	R\$ 9,96	R\$ 12,45	R\$ 62,25
SINAPI	89709	12.9	Ralo sifonado 100x 40 mm	UNID	1	R\$ 15,90	R\$ 19,88	R\$ 19,88
SINAPI	89707	12.10	Caixa sifonada 100x100x50	UNID	1	R\$ 39,71	R\$ 49,64	R\$ 49,64
SINAPI INS.	11735	12.11	Prolongador para caixa sifonada, medidas 100 x 200 mm	UNID	1	R\$ 9,46	R\$ 11,83	R\$ 11,83
SINAPI	89744	12.12	Joelho PVC 90º, junta elástica, Ø 100 mm	UNID	2	R\$ 23,69	R\$ 29,61	R\$ 59,22
SINAPI	89746	12.13	Joelho PVC 45º, junta elástica, Ø 100 mm	UNID	1	R\$ 23,63	R\$ 29,54	R\$ 29,54
SINAPI INS.	20043	12.14	Redução excêntrica PVC soldável 100 x 50 mm	UNID	1	R\$ 7,93	R\$ 9,91	R\$ 9,91
SINAPI	89797	12.15	Junção simples 45º, PVC junta elástica, Ø 100 mm	UNID	2	R\$ 45,78	R\$ 57,23	R\$ 114,46
SINAPI	98052	12.16	Tanque séptico circular em concreto pré-moldado, diâmetro interno de 1,10 m, altura interna de 2,50 m, volume útil de 2138, 2 l, fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 1.673,20	R\$ 2.091,50	R\$ 2.091,50

SINAPI	98058	12.17	Filtro anaeróbico em concreto pré-moldado, diâmetro interno de 1,10 m, altura interna de 1,50 m, volume útil de 1140,40 l, fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 1.489,72	R\$ 1.862,15	R\$ 1.862,15
SINAPI	98062	12.18	Sumidouro em concreto pré-moldado, diâmetro interno de 1,88 m, altura interna de 2,00 m, área de infiltração de 13,10 m ² , fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 2.518,58	R\$ 3.148,23	R\$ 3.148,23
						TOTAL DO ITEM		R\$ 7.944,32
		13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL
SINAPI	93128	13.1	Ponto de iluminação, incluso interruptor simples, caixa elétrica, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento	UNID	2	R\$ 153,17	R\$ 191,46	R\$ 382,92
SINAPI	97589	13.2	Luminaria plafon de sobrepor com 1 lampada de LED 13 W	UNID	2	R\$ 43,71	R\$ 54,64	R\$ 109,28
SINAPI	101666	13.5	Refletor retangular fechado com lâmpada de vapor metálico, potência de 400 W, fornecimento e instalação	UNID	6	R\$ 511,42	R\$ 639,28	R\$ 3.835,68
SINAPI INS.	39345	13.6	Condulete PVC, tipo X, sem tampa, para eletroduto de 1"	UNID	11	R\$ 18,50	R\$ 23,13	R\$ 254,43
SINAPI INS.	39352	13.7	Tampa para condulete de PVC, para tomada hexagonal	UNID	8	R\$ 3,34	R\$ 4,18	R\$ 33,44
SINAPI INS.	7543	13.8	Tampa cega para condulete em PVC	UNID	3	R\$ 5,42	R\$ 6,78	R\$ 20,34
SINAPI INS.	38101	13.9	Módulo de tomada 2P + T	UNID	8	R\$ 9,23	R\$ 11,54	R\$ 92,32
SINAPI	91928	13.10	Cabo de cobre flexível isolado, 4,00 mm ² , para circuitos terminais	M	354,22	R\$ 6,60	R\$ 8,25	R\$ 2.922,32
SINAPI	91926	13.11	Cabo de cobre flexível isolado, 2,50 mm ² , para circuitos terminais	M	35,98	R\$ 4,11	R\$ 5,14	R\$ 184,94
SINAPI INS.	2685	13.12	Eletroduto PVC rígido liso roscável, Ø 1'	M	39,35	R\$ 7,65	R\$ 9,56	R\$ 376,19
SINAPI INS.	2674	13.13	Eletroduto PVC rígido liso roscável, Ø 3/4'	M	24,23	R\$ 4,89	R\$ 6,11	R\$ 148,05
SINAPI INS.	2684	13.14	Eletroduto PVC rígido liso roscável, Ø 1 1/4'	M	5,64	R\$ 10,18	R\$ 12,73	R\$ 71,80
SINAPI INS.	39139	13.15	Abraçadeira em aço tipo "U" para fixação de eletroduto de 1"	UNID	39	R\$ 0,54	R\$ 0,68	R\$ 26,52

SINAPI INS.	39140	13.16	Abraçadeira em aço tipo "U" para fixação de eletroduto de 1 1/4'	UNID	24	R\$ 0,65	R\$ 0,81	R\$ 19,44	
SINAPI INS.	39138	13.17	Abraçadeira em aço tipo "U" para fixação de eletroduto de 3/4'	UNID	5	R\$ 0,40	R\$ 0,50	R\$ 2,50	
SINAPI INS.	39273	13.18	Curva curta 90º PVC rígido, para eletroduto, Ø 1'	UNID	8	R\$ 3,61	R\$ 4,51	R\$ 36,08	
SINAPI INS.	39272	13.19	Curva curta 90º PVC rígido, para eletroduto, Ø 3/4'	UNID	6	R\$ 2,61	R\$ 3,26	R\$ 19,56	
SINAPI INS.	5059	13.20	Poste de concreto, extensão de 9 m (padrão CELESC)	UNID	1	R\$ 1.576,94	R\$ 1.971,18	R\$ 1.971,18	
SINAPI	101875	13.21	Quadro de distribuição de energia para 12 disjuntores, de embutir, em aço galvanizado	UNID	1	R\$ 484,03	R\$ 605,04	R\$ 605,04	
SINAPI	101521	13.22	Entrada de energia elétrica subterrânea (padrão CELESC) bifásica, disjuntor de 25 A, incluso caixa de aterramento	UNID	1	R\$ 1.136,35	R\$ 1.420,44	R\$ 1.420,44	
SINAPI	93653	13.23	Disjuntor monopolar tipo DIN 10 A, fornecimento e instalação	UNID	7	R\$ 11,88	R\$ 14,85	R\$ 103,95	
SINAPI	93655	13.24	Disjuntor monopolar tipo DIN 20 A, fornecimento e instalação	UNID	2	R\$ 13,79	R\$ 17,24	R\$ 34,48	
SINAPI	93663	13.25	Disjuntor bipolar tipo DIN 25 A, fornecimento e instalação	UNID	1	R\$ 61,70	R\$ 77,13	R\$ 77,13	
							TOTAL DO ITEM		R\$ 12.748,03
		14	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL	
SINAPI INS.	10891	14.1	Extintor de incêndio portátil, pó químico seco, 4Kg, Classe BC	UNID	1	R\$ 176,63	R\$ 220,79	R\$ 220,79	
SINAPI INS.	10886	14.2	Extintor de incêndio portátil, água pressurizada, 10 l, Classe A	UNID	1	R\$ 182,65	R\$ 228,31	R\$ 228,31	
SINAPI INS.	37557	14.3	Placa de sinalização de segurança contra incêndio (sinalização de extintor)	UNID	2	R\$ 10,76	R\$ 13,45	R\$ 26,90	
							TOTAL DO ITEM		R\$ 476,00
		15	SERVIÇOS FINAIS	UNID	QUANT	PREÇO	PREÇO C/ BDI	TOTAL	
SINAPI	99814	15.1	Limpeza geral da obra	M ²	259,99	R\$ 1,65	R\$ 2,06	R\$ 535,58	
							TOTAL DO ITEM		R\$ 535,58

REFERENCIAS DE CUSTO: SINAPI 06/2022 - DEINFRA 01/2021				
RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHEIRO CIVIL CASSIANO JOSÉ CORRÊA - CREA/SC 48526-8	TOTAL GERAL			R\$ 255.200,51
MAFRA/SC 5 DE JULHO DE 2022				

MEMORIAL DESCRITIVO

1) SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS

Este Memorial Descritivo tem a função de propiciar a perfeita compreensão do projeto e de orientar o construtor objetivando a boa execução da obra.

A construção deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da PREFEITURA.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma.

É de responsabilidade do contratado manter atualizados no canteiro de obras, Alvará, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos, cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

1.1) SERVIÇOS TÉCNICOS

Todo material empregado na obra deverá receber aprovação da fiscalização antes de começar a ser utilizado. Deve permanecer no escritório uma amostra dos mesmos. No caso de o construtor querer substituir materiais ou serviços que constam nas especificações, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

Os novos serviços e materiais serão executados em conformidade com as Normas Brasileiras.

1.2) MÁQUINAS E FERRAMENTAS

Serão fornecidos pelo construtor todos os equipamentos e ferramentas adequadas de modo a garantir o bom desempenho da obra.

1.3) LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA

Caberá ao construtor manter o canteiro de serviços permanentemente organizado e limpo.

1.4) SEGURANÇA E HIGIENE DOS OPERÁRIOS

A obra será suprida de todos os materiais e equipamentos necessários para garantir a segurança e higiene dos operários.

2) INFRA ESTRUTURA

2.1) TRABALHOS EM TERRA

2.1.1) LIMPEZA DO TERRENO

Limpeza do terreno compreende os serviços de capina, roçada, destocamento, queima e remoção, de modo a deixar o terreno livre de raízes, tocos de árvores ou vegetação em geral, de maneira que não venha a prejudicar os trabalhos ou a própria obra. Caso a implantação da obra implicar em remoção de árvores, a PREFEITURA deverá ser acionada de imediato.

2.1.2) LOCAÇÃO DA OBRA

A locação da obra deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto de arquitetura. Também deve-se respeitar a distância entre as construções existentes.

2.1.2) ESTACAS BROCA

Para compor a fundação dos banheiros, serão executadas estacas broca com $\varnothing 20$ cm e 1,50 m de profundidade nos pontos indicados, as estacas ainda devem contar com barras de espera de $\varnothing 10$ mm, conforme projeto.

2.1.4) BALDRAME

As vigas baldrame dos banheiros deverão ser executadas nas medidas 15 x 30 cm, de acordo com os detalhamentos do projeto estrutural, na qual devem ser respeitados os espaçamentos entre estribos e cobrimento mínimo. As ferragens longitudinais dispostas na parte superior da viga serão de $\varnothing 8$ mm e de $\varnothing 10$ mm na parte inferior. As ferragens transversais (estribos) serão de $\varnothing 5$ mm. O concreto empregado deverá fornecer resistência à compressão de 20 Mpa após 28 dias de execução. No Barracão devem ser executadas vigas baldrame nas medidas 15 x 40 em todo o perímetro.

2.1.5) ATERROS E REATERROS

Os aterros entre baldrames serão executados com material (terra ou areia) de boa qualidade, isento de detritos vegetais e em camadas, não superiores a 20 cm, compactadas energeticamente.

2.1.6) IMPERMEABILIZAÇÕES

Sobre as vigas baldrame dos banheiros será feita a impermeabilização com duas demãos de emulsão asfáltica, que devem ser aplicadas sobre as duas laterais e sobre a face superior da viga baldrame, conforme recomendações do fabricante.

Cuidado especial deve ser tomado no sentido de evitarem-se escorrimientos do produto impermeabilizante nas laterais da base dos pilares referidos a seguir.

2.1.7) INSTALAÇÕES

Antes da concretagem das fundações e da execução dos aterros nos Banheiros devem ser colocadas às esperas para a tubulação hidrossanitárias.

3) SUPRA ESTRUTURA

3.1) PILARES

Os pilares da área dos Banheiros devem seguir rigorosamente os detalhamentos do projeto estrutural elaborado pela Prefeitura Municipal de Mafra, empregando barras longitudinais de $\varnothing 10$ mm e transversais (estribos) de $\varnothing 5$ mm, com 2,5 cm de cobrimento mínimo. Os pilares serão executados utilizando-se a alvenaria circundante como fôrma (“pilar abafado”) e orientados exatamente conforme indicado no projeto estrutural.

O concreto utilizado deverá possuir resistência à compressão de 20 Mpa aos 28 dias. No momento da execução, o concreto deve ser bem vibrado, a fim de eliminar a formação de “bicheiras”.

Os pilares devem apresentar medidas finais de 25 x 15 cm.

Na estrutura do Barracão serão usados tirantes entre pilares para auxiliar na estabilização global da estrutura.

3.2) VIGAS

Sobre o respaldo de toda alvenaria dos Banheiros serão executadas vigas de amarração de 15 x 25 cm conforme o Projeto Estrutural, onde as ferragens porta estribo serão de Ø 8 mm e inferiores de Ø 10 mm. As ferragens transversais (estribos) devem possuir Ø 5 mm com cobrimento de 25 mm.

3.3) VERGAS E CONTRAVERGAS

Em todos os vãos de portas e janelas serão executadas vergas e contra-vergas de concreto armado, com transpasse mínimo de 30 cm para cada lado do vão sobre o qual está sendo executada. As vergas terão a largura e altura de 10 cm e levarão duas barras de aço de 6,3 mm.

4) PAREDES

4.1) ALVENARIA

A espessura final das paredes deverá ser de 15 cm. Os tijolos a serem utilizados serão de 8 furos, tipo pesado, nas dimensões 39x19x14cm, assentados a espelho, com argamassa de cimento, cal hidratada e areia média, traço 1:2:8. As fiadas deverão ser perfeitamente alinhadas, niveladas e aprumadas por dentro. As juntas, vertical e horizontal, terão espessura entre 1,00 cm e 1,50 cm.

A conexão entre a estrutura do Barracão e uma das paredes que compõe os Banheiros deve ser feita por meio da amarração com “ferro cabelo”, como especificado no projeto.

4.2) PLACAS DE CONCRETO

Para o fechamento lateral do Barracão serão usadas placas de concreto até 2,0 m de altura, que estão inclusas na estrutura fornecida pelo fabricante do Barracão.

4.3) ESQUADRIAS (PORTAS, PORTÕES E JANELAS)

4.3.1) JANELAS DE ALUMÍNIO

As janelas dos banheiros serão do tipo Maxim-Ar com dimensões 60 x 60 cm e 1,60 m de altura, conforme projeto arquitetônico. Estas terão acabamento final em cor natural (alumínio).

4.3.2) PORTAS DE MADEIRA

As portas dos Banheiros serão em madeira com 3,5 cm de espessura, nas dimensões de 70 x 210 cm para o banheiro comum. No o banheiro acessível a porta deve possuir dimensões de 90 x 210 cm além de possuir abertura para fora, seguindo orientações da NBR 9050. As madeiras serão de lei, imunizadas, eliminando-se madeiras verdes, empenadas, ou com existência de nós, brocas e cupins. As portas serão pintadas com tinta esmalte sintético em ambos os lados.

4.3.4) BATENTES E GUARNIÇÕES

As forras e vistas serão da mesma madeira das portas, podendo-se utilizar entre outras: jatobá, cambará ou angelim pedra.

4.3.5) FERRAGENS

As portas dos sanitários serão providas de fechaduras próprias para banheiro, de embutir, de ferro cromado completas, fixadas com três dobradiças de 3”.

As dobradiças e respectivos parafusos serão de ferro zincado.

4.4) VIDROS

Os vidros das janelas dos Banheiros serão do tipo fantasia.

Todos terão 4 mm de espessura. Serão colocados com massa de vidraceiro, com perfeito acabamento interna e externamente.

5) COBERTURA E PROTEÇÕES

5.1) TELHADO

A estrutura da cobertura do Barracão será executada com tesouras e terças pré-fabricadas em concreto.

Toda a estrutura da cobertura da área dos Banheiros, meias tesouras, terças e caibros, devem ser em madeira. Haverá um rufo na região do telhado dos Banheiros que o contorna o pilar do Barracão.

Ambas as coberturas serão executadas em telha ondulada de fibrocimento com 6,00 mm de espessura, de 1ª qualidade, com cumeeira em também em fibrocimento.

Deverão ser rigorosamente observados os detalhes do projeto quanto ao caimento e largura dos beirais.

5.2) FORROS

Será colocado forro de régua de PVC nos Sanitários e no Hall. A largura do forro será de no mínimo 200 mm e fixado sobre estrutura metálica própria para o forro de PVC. Deverá ainda ser feita a estruturação em distâncias curtas, evitando assim abaulamentos e desníveis no forro de PVC.

Os beirais do telhado dos Sanitários e do Hall receberão fechamento em régua em madeira tipo Lambri.

6) REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA

6.1) CHAPISCO

Toda a alvenaria na área dos Banheiros receberá revestimento em chapisco no traço 1:3 (cimento e areia grossa) uniformemente aplicado.

6.2) REBOCO

Toda a alvenaria na área dos Banheiros receberá revestimento em reboco. A argamassa utilizada será 1:2:9 de cimento, cal hidratada e areia média fina respectivamente. A espessura será de 1,5 cm devendo proporcionar um bom acabamento, o qual será julgado pela fiscalização. O reboco deverá ser desempenado com feltro. Os cantos de paredes deverão ser chanfrados, evitando-se as arestas vivas. O chanfro será executado à 45 graus e terá 1 cm de largura.

6.3 PISO

6.3.1) PISO E CONTRAPISO – BANHEIROS

O piso dos Banheiros será executado em concreto de 20 Mpa com 5 cm de espessura, sobre um lastro de brita de 5 cm.

Sobre o piso de concreto será aplicado um contrapiso traço 1:4 (cimento e areia média não peneirada) com 3 cm de espessura, devendo ser regularizado com desempenadeira de madeira.

6.3.2) PISO –BARRACÃO

Em toda a área interna do Barracão será executado o piso com concreto de 20 Mpa. O piso será armado com tela Q – 196, sobre uma lona plástica, colocada acima de uma camada de brita de 5 cm.

O piso deverá ser regularizado com desempenadeira. Devem ser executadas juntas de dilatação de acordo com orientação da fiscalização.

6.3.3) PISOS CERÂMICOS, REVESTIMENTOS

O Hall e os Banheiros receberão pisos cerâmicos antiderrapantes PEI-4, fixados com argamassa colante.

O rejunte deverá ser com argamassa própria, com uma fuga compreendida entre 4 mm e 6 mm.

O revestimento cerâmico nas paredes dos Banheiros será do Tipo PEI-3 fixados com argamassa colante AC I, e serão colocados nos Banheiros (parede inteira), estes devem ser preferencialmente brancos e sem textura.

6.4) PINTURA

As portas de madeira levarão duas demãos de tinta esmalte sintético em ambas as superfícies.

As paredes deverão ser previamente lixadas e limpas de poeira. As cores serão determinadas previamente pela fiscalização e duas demãos de tinta serão necessárias.

Os recortes e as superfícies deverão ter um acabamento uniforme sem manchas ou tonalidades diferentes, tomando-se cuidado especial no sentido de evitar-se escorrimento ou respingos de tinta nas superfícies não destinadas à pintura.

Os respingos que não puderem ser evitados deverão ser removidos enquanto a tinta estiver fresca.

7) INSTALAÇÕES

7.1) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Deverão ser obedecidos rigorosamente, os requisitos mínimos fixados pela NB-3 da ABNT e pela NT-01-BT da CELESC.

Para maior esclarecimento a respeito das instalações aqui citadas, este memorial esta acompanhado do Manual Simplificado – Padrão de Entrada de Energia em Instalações Consumidoras, além da Norma N – 321.0001 da CELESC.

O fornecimento de energia será através de rede bifásica, conforme padrão estabelecido pela CELESC. O quadro de distribuição instalado será responsável também por comportar o disjuntor geral.

O ramal do QM, junto a edificação será instalado em eletroduto de PVC rígido de 25mm, em via subterrânea.

O construtor deverá deixar o comprimento necessário de fios para a ligação do ramal de serviço e ainda deixar passados nos eletrodutos os condutores do ramal de entrada e do ramal de QM.

A bitola dos condutores dos ramais de ligação e de entrada, o ramal do QM, o condutor de aterramento, a haste de aterramento e a caixa de inspeção do aterramento deverão ser padronizados conforme NT-01-BT da CELESC.

Os ramais de serviço e de entrada devem ser contínuos, não podendo haver interrupção dos condutores desde o poste da Concessionária até o quadro de medição. Estes condutores terão cor preta para a identificação do condutor fase e a cor azul claro para o condutor neutro.

Na área dos Banheiros, os circuitos internos e as prumadas serão instalados em eletrodutos corrugados de Ø 25 mm próprios para instalações elétricas.

Os condutores internos terão cores: vermelha para identificar o condutor fase, azul claro para identificar o condutor neutro, preta para identificar o condutor retorno e verde para identificar o condutor terra.

Os pontos de luz nos Banheiros constarão de luminária tipo plafon de sobrepor com lâmpada LED de 13 W, e no Barracão, refletores com lâmpada de vapor metálico, instaladas nos pilares, conforme indicação de projeto.

As instalações elétricas do Barracão serão de forma aparente, as tomadas serão colocadas em condutores de PVC, e os cabos condutores em eletrodutos de PVC rígido roscáveis, os quais devem ser fixados por meio de abraçadeiras em “U”, espaçadas à cada 1 m. Nos Banheiros os interruptores serão de embutir. Próximo ao Quadro de Distribuição haverá duas Tomadas de Uso Específico (TUE) com potência de 1500 W cada uma, as demais tomadas e interruptores estão apontados no projeto elétrico que acompanha este memorial descritivo.

No Barracão, as luzes terão acendimento diretamente nos disjuntores do quadro de distribuição.

Considerar circuitos reservas, conforme indicado no projeto.

7.2) INSTALAÇÕES HIDRAULICAS E DE ESGOTO

7.2.1) INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

A rede será executada com tubos e conexões de PVC rígido. As torneiras em metal.

As ligações das torneiras, engates e aparelhos serão feitas utilizando-se conexões em PVC soldável.

A caixa d'água será redonda, plástica (polietileno de alta densidade), e deve ser baixa, própria para o uso em telhado baixo, conforme indicado no projeto e no orçamento, com capacidade de 500 litros e terá no tubo de alimentação uma torneira boia de PVC, com flutuador compatível. A caixa d'água deve ser posicionada acima dos Banheiros.

O extravasor deverá ser de 32 mm e deve sair visível no beiral, no mínimo 5 cm. Fará parte destas instalações a ligação do ramal de alimentação da caixa d'água, com tubulação de 32 mm.

7.2.2) INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Deverão ser respeitados rigorosamente os detalhes do projeto apresentado. Toda a rede será em PVC, nas bitolas de 100, 50 e 40 mm, conforme projeto.

A rede deverá ser executada de tal maneira, que tenha caimento perfeito e compatível com cada diâmetro do tubo empregado.

O esgoto proveniente dos Banheiros deve ser direcionado à um tanque séptico, ligado sequencialmente à um filtro e à um sumidouro.

As especificações da fossa, do filtro e do sumidouro estão indicados no Projeto Hidrossanitário.

Este sistema encontra-se instalado logo aos fundos dos Banheiros, como indicado no projeto, e deve ser instalado de forma que os efluentes fluam naturalmente de um tanque para o outro.

7.3) APARELHOS, METAIS E ACESSÓRIOS

Os vasos sanitários serão de louça, tipo caixa acoplada, acompanhados de ferragens para fixação e ligação, devendo ser guarnecidos com assento e tampo plástico.

Os Banheiros serão equipados com toalheiro plástico para papel toalha e suporte de parede em inox para papel higiênico.

No banheiro acessível devem ser instaladas as barras de apoio e demais acessórios para PCD conforme Projeto Arquitetônico.

A pia no lavatório comum será de coluna e deve vir acompanhada de ferragens para fixação e ligação, já no banheiro acessível, a pia será suspensa e também deve vir acompanhada de ferragens para fixação e ligação e deve ser instalada com altura entre 80 e 90 cm de altura de acordo com a NBR 9050.

Os aparelhos não poderão ter trincas ou defeitos de fabricação. Toda a louça sanitária deverá ter a mesma cor, tom e procedência. Os metais e acessórios sanitários serão de primeira linha, com produtos isentos de defeitos e falhas.

8) COMPLEMENTAÇÃO

8.1) LIMPEZA FINAL

A obra será entregue completamente limpa, com cerâmicas totalmente rejuntadas e lavadas, com aparelhos e peitoris isentos de respingos. As instalações serão ligadas definitivamente à rede pública existente, sendo entregues assim como as esquadrias e ferragens devidamente testadas e em perfeito estado de funcionamento. A obra oferecerá total condição de operar para os fins propostos, comprovada com a expedição do habite-se pela Prefeitura Municipal.

9) DECLARAÇÕES FINAIS

9.1) A obra obedecerá à boa técnica, atendendo às recomendações da ABNT e das Concessionárias locais.

9.2) O construtor responsabiliza-se pela execução e ônus financeiro de eventuais serviços extras, indispensáveis à perfeita operacionalidade da edificação, mesmo que não constem no projeto, memorial e orçamento.

9.3) Em função da diversidade de marcas existentes no mercado, eventuais substituições serão possíveis, desde que apresentadas com antecedência à PREFEITURA, devendo os produtos apresentar desempenho técnico equivalente àqueles anteriormente especificados, mediante comprovação através de ensaios desenvolvidos pelos fabricantes, de acordo com as Normas Brasileiras.

Mafra, 05 de Julho de 2022.

Cassiano José Corrêa
Engenheiro Civil
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA/SC 48526-8

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

PLANILHA DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO												PLANILHA A 2	
MUNICÍPIO: MAFRA/SC										FOLHA No			
PROJETO: CENTRO DE CONVIVÊNCIA SOCIAL								ÁREA: 260,00 m ²					
LOCALIZAÇÃO: FAZENDA POTREIRO, ESTRADA GERAL, SEM NÚMERO										DATA 07/2022			
Data de referência dos custos: SINAPI 06/2022; DEINFRA - 01/2021						Periodicidade das Etapas: mensal							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO										TOTAL	
		Etapa 01		Etapa 02		Etapa 03		Etapa 04		Etapa 05			
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	3.164,33	100,00									3.164,33	100,00
2	ESTRUTURA MOLDADA PRÉ-	46.875,00	30,00	109.375,00	70,00							156.250,00	100,00
3	FUNDAÇÕES	890,68	30	2.078,25	70,00							2.968,93	100,00
4	IMPERMEABILIZAÇÃO			618,92	100,00							618,92	100,00
5	SUPERESTRUTURA			2.826,20	50,00	2.826,20	50,00					5.652,39	100,00
6	ALVENARIAS			4.170,82	70,00	1.787,50	30,00					5.958,32	100,00
7	PAVIMENTAÇÃO			16.520,57	50,00	16.520,57	50,00					33.041,13	100,00
8	COBERTURA					9.688,25	100,00					9.688,25	100,00
9	ESQUADRIAS							2.784,52	100,00			2.784,52	100,00
10	REVESTIMENTOS			1.436,006	20,00	1.436,006	20,00	2154,009	30,00	2154,009	30,00	7.180,03	100,00
11	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS					1.237,95	20	1.856,93	30,00	3.094,880	50,00	6.189,76	100,00
12	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	1.588,86	20,00	1.588,86	20,00	1.588,86	20,00	1.588,86	20,00	1.588,86	20,00	7.944,32	100,00

13	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					6.374,02	50,00	6.374,02	50,00			12.748,03	100,00
14	PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO									476,00	100,00	476,00	100,00
15	SERVIÇOS FINAIS									535,58	100,00	535,58	100,00
TOTAL NO MÊS (SIMPLES)		52.518,87	20,58	138.614,63	54,32	41.459,34	16,25	14.758,34	5,78	7.849,33	3,08	255.200,51	100,00
TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)		52.518,87	20,58	191.133,50	74,90	232.592,84	91,14	247.351,18	96,92	255.200,51	100,00		
DATA DO ORÇAMENTO: 05/07/2022		NOME E Nº CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: CASSIANO JOSÉ CORRÊA - 48526-8									ASSINATURA:		

ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
MODELO DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO LEIS TRABALHISTAS

DECLARAÇÃO

_____ (NOME DO LICITANTE), CNPJ-ME Nº _____, sediada _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de (18) anos para realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

.....,dede 2022

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

Ressalva: Constar na declaração no caso da empresa empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

ANEXO III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
MODELO DE DECLARAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DOS MATERIAIS UTILIZADOS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a empresa.....inscrita no CNPJ:.....sediada na Rua:.....que os materiais utilizados são de primeira qualidade, bem como estarão disponíveis para esta Prefeitura atestar sua procedência e que os mesmos serão fornecidos e disponibilizados nas quantidades exigidas pelo projeto e memorial descritivo, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços pela possível falta destes materiais.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Sócio Proprietário

ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS E CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

DECLARAÇÃO

(Nome do licitante) _____, CNPJ Nº _____
sediada (endereço completo) _____

_____ declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, bem como de que conhece o local e as condições da obra.

_____ de _____ de 2022.

NOME: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
DECLARAÇÃO DE ASSINATURA DO CONTRATO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** para fim específico de futura contratação com o **MUNICÍPIO DE MAFRA**, considerando o **Processo Licitatório n.º 351/2022, Tomada de Preço n.º 019/2022**, que o instrumento será assinado pelo Sr. (a) _____, (qualificação) portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, bairro _____, CEP _____, cidade de _____, Estado de _____.

_____, em _____ de _____ de 2022.

(Nome da empresa, do Declarante e sua Assinatura)

ANEXO VI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022
MODELO DE PARA PROPOSTA COMERCIAL

APRESENTAMOS PROPOSTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2022, DO MUNICÍPIO DE MAFRA/SC, CONFORME SEGUE:

ITEM	Produto	UN	Qtd	Valor Unitário do Material (R\$)	Valor Unitário da Mão de Obra (R\$)	% BDI	Valor Total (R\$)
1							
2							
3							
4							
5							
Materiais					R\$		R\$
Mão de obra					R\$		R\$
Valor Total					R\$		R\$

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Sessenta) DIAS.

_____, _____ de 2022.

Nome completo e CPF do representante legal da empresa

Nome completo, título profissional, número de registro no CREA/CAU

Obs:

* Deverá a licitante, juntamente na proposta, informar os acordos/convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução dos serviços.

*A proposta de preço deverá obrigatoriamente conter o valor GLOBAL separando materiais e mão de obra, e o valor individual dos materiais e valor da mão de obra de cada item, para fins retenções de impostos, além da indicação do BDI utilizado para cada item.

ANEXO VII
DECLARAÇÃO LEI 13.898/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 019/2022

A empresa _____, CNPJ _____, sediada à Rua _____, nº _____ bairro _____, (cidade) _____, **DECLARA** que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no Art. 18, XI, da Lei 13.898/2019.

_____/SC, _____ de _____ de 2022.

Nome da empresa
Nome do proprietário ou sócio responsável
Identificação de sócio ou proprietário

ANEXO VIII
PROCESSO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022
MODELO RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA;

Declaro para os devidos fins, que nesta obra referente ao **Processo nº 351/2022 - Tomada de Preços nº 019/2022** será realizada pela seguinte relação de responsáveis pelos serviços e demais empregados, com nomes e qualificação dos responsáveis pelos serviços e demais empregados vinculados a execução da obra:

Nome	CPF	Qualificação	Nível
****	****	Engenheiro/Arquiteto	Superior
****	****	Técnico*	****

* demais empregados vinculados a execução da obra.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Sócio Proprietário

ANEXO IX
PROCESSO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022
MODELO PLANILHA ENCARGO TRABALHISTAS

1 - Nesta planilha deverão constar as informações quanto a composição do preço do contrato, indicando a quantidade de empregados necessários a execução do contrato e todos os dados complementares para o cálculo do custo deste serviço, com valores unitários por empregado relativos a salário, gratificação natalina, férias, adicionais, transporte, alimentação, uniformes, assistência médica, treinamentos e todos os demais direitos previstos em acordos e convenções coletivas.

Empregados	Despesas salário	Gratificação natalina	Férias	Transporte	Alimentação	Outros

Valor Total gasto do contrato com empregados e encargos trabalhistas R\$

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

Sócio Proprietário

OBS: Esta planilha deverá ser preenchida indicando a quantidade de empregados (técnicos e mão de obra) necessários a execução do contrato, devendo incluir os valores unitários por empregados relativos ao salário, gratificação natalina, férias, adicionais, transporte, alimentação, uniformes, assistência médica, treinamentos e todos os demais direitos previsto em acordos e convenções coletivas.

ANEXO X
PROCESSO Nº 351/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 019/2022

MINUTA CONTRATUAL
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº.../2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MAFRA/SC E A EMPRESA
.....

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, que fazem O Município de Mafra/SC, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CGC/MF, sob o número **83.102.509/0001-72**, estabelecida na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 Bairro Centro II Alto de Mafra - Mafra/SC, aqui representado pelo Sr. **EMERSON MAAS**, Prefeito Municipal, doravante denominada de **“Contratante”**, e, de outro ladopessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF. sob o número.....com sede na, neste ato representado pelo senhor.....doravante chamada de **“Contratada”**, fica ajustado, mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento de contrato rege-se pelo que dispõe o art. 54, da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (atualizada pela lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994), e, especialmente, pelo que consta do capítulo III (arts. 54-80) e dos termos do edital de **Tomada de Preços nº 019/2022**, que passa a fazer parte integrante deste contrato, e, bem assim, do que está esculpida na proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto deste contrato é a **contratação de empresa especializada para construção de Centro de Convivência Social no Assentamento Herança do Contestado, conforme Repasse através de Transferência Especial, Emenda nº SCC 00001267/2022, publicado no diário oficial - SC - nº21.768, de 11 de maio de 2022 conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constante no presente processo licitatório através da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior.**

2.1. O serviço/obra não poderá ser iniciado sem a aprovação do Cronograma Físico-Financeiro, sem a emissão da Ordem de Serviço, sem a apresentação da ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do técnico de nível superior responsável pela obra e sem a abertura do Diário de Obra.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE RECEBIMENTO

3.1- Solicitação:

3.1.1 - A Contratante fará a solicitação do objeto **DE ACORDO COM A DEFINIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E INTERIOR após emissão da Ordem de Serviço**, cuja emissão se dará através de Ordem de Serviço emitida pelo setor de engenharia do Município.

3.1.1.1 - Após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO a contratada terá o **prazo máximo de 05 (cinco) meses, conforme o cronograma físico financeiro** para a conclusão da obra/serviço.

3.2- Local e forma de execução:

Os serviços solicitados à Contratada deverão ser executados e entregues conforme consta do edital e anexos da licitação.

A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas obrigações trabalhistas referentes a mão de obra utilizada.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução do presente contrato correrá pela seguinte Dotação Orçamentária.

536 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 50 . 2.242 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

513 - 1 . 21001 . 20 . 122 . 50 . 2.242 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. Pelo objeto descrito na Cláusula Segunda deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ (.....).

5.2. É parte integrante deste contrato a proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O presente contrato terá início na data de sua assinatura, pelas Partes, e vigorará até **31/12/2022**, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS

7.1. O CONTRATADO se obriga a reparar ou refazer os produtos/serviços que se apresentarem com vício de qualidade, fornecendo todos os materiais e serviços eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito pelo Município de Mafra com prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da respectiva nota fiscal, desde que conferido e aceito.

No corpo do documento fiscal devesse conter as seguintes informações:

a) o número da licitação; e,

b) o número da ordem de compra.

c) os dados bancários da empresa (Agência, C.C e Banco).

8.2. A empresa deverá apresentar os dados bancários vinculados ao CNPJ ou CPF, conforme informados na declaração bancária apresentada no momento da assinatura da Ata/Contrato.

8.3. A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ ou CPF, conforme comprovação apresentada mediante declaração emitida e assinada pelo banco, ou em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancárias das transações que ocorrerem.

8.4. A nota fiscal que não contiver as informações descritas nos subitens anteriores será devolvida sem o seu pagamento, até que seja regularizada a situação.

8.5. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

8.6. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas do fornecimento dos produtos, nem implicará em aceitação dos produtos em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos.

8.7. O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

I. Paralisação do fornecimento por parte da CONTRATADA, até o reinício.

II. Entrega de produtos com prazo de validade vencido até que sejam trocados.

III. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.

IV. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

8.8. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

8.9. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

8.10. A Fiscalização das verbas trabalhistas é condição para o pagamento das faturas mensais do serviço.

8.11. O pagamento dos salários relativos ao mês anterior seja feito no prazo previsto em lei, que haja fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabíveis, que seja feito o pagamento da gratificação natalina; que haja a concessão de férias e a paga correspondente ao período, que sejam realizados exames admissionais e demissionais periódicos, que haja o cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho, observada a data base da categoria.

8.12. A CONTRATADA deverá comprovar via documento impresso a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva, com efeito negativo relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, como condição à percepção do valor faturado, devendo os valores das guias serem compatíveis com os que são devidos em valores dos empregados vinculados à execução contratual.

8.13. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a nota fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS, inclusive os referentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, correspondentes aos pagamentos dos empregados vinculados a execução contratual, o que deverá se dar de forma individual e nominada.

8.14. Toda a documentação encaminhada para a comprovação dos serviços deverá conter relação nominal e individualizada dos funcionários participantes da execução contratual;

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Interior, através dos Fiscais de contrato, designados pela portaria nº 1307/2021 em 17.11.2021, juntamente com o serviço de engenharia deste Município designados pela portaria nº 800/21 em 14.06.2021, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra contratada, sem prejuízo da obrigação do Contratado de fiscalizar seus prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos além de:

10.1. Fornecer a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

10.2. Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

10.3. A empresa contratada assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a Prefeitura Municipal de Mafra/SC ou a terceiros.

10.4. A empresa contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem, ou por qualquer motivo permanecerem na obra.

10.5. A empresa contratada providenciará às suas custas a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

10.6 - A empresa contratada providenciará, às suas custas, o fornecimento das placas indicativa da obra e de registro histórico conforme modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Mafra/SC bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

10.7. A empresa contratada providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) da obra ou serviço de forma discriminada.

10.8. A empresa contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

10.9. O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para a Prefeitura Municipal de Mafra/SC, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

10.10. A contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da Licitante, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

10.11. A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

10.12. A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

10.13. Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

10.14. A Contratada não poderá sub-empregar o total dos serviços à ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Secretaria.

10.15. Apresentar, para o recebimento do respectivo pagamento, os seguintes documentos comprobatórios, devendo estes serem do domicílio ou sede da proponente, sob pena de sustação do pagamento, em caso de não apresentação

a) regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através de Certidão Negativa de Tributos Federais e Negativa da Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Tributos Municipais;

c) Certificado de Regularidade do FGTS.

10.16. A comprovação do cumprimento das normas contidas nas convenções coletivas de trabalho vigentes a categoria profissional.

10.17. Responder por todos os ônus referentes ao item, desde o transporte, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e salários dos seus empregados, nos patamares apresentados pela CONTRATADA na planilha de custos.

10.18. Apresentar no momento da assinatura do Contrato declaração bancária, contendo dados bancários da conta corrente, vinculada ao CNPJ ou CPF do contratado.

10.19. A empresa vencedora deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ ou CPF, comprovada mediante declaração emitida e assinada pelo banco, ou em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancárias das transações que ocorrerem.

10.20. A Contratada deverá apresentar Controle de Qualidade da Obra e Diário de Obra Digital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Obriga-se a Contratante:

11.1. Ao pagamento do objeto do contrato, em conformidade com o disposto na cláusula sexta.

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

11.3. Notificar o contratado por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função dos produtos.

11.4. O Município poderá promover descontos nos valores devidas a empresa para realizar pagamento de quaisquer verbas trabalhistas que forem inadimplidos pela empresa.

11.5. Fiscalizar e comandar os serviços prestados pela CONTRATADA, bem como o cumprimento dos direitos trabalhistas; podendo exigir a comprovação mensal das seguintes obrigações trabalhistas como condição para o pagamento das faturas mensais do serviço realizado: - Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior caso a Administração não esteja realizando os depósitos diretamente;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis. Entretanto poderão ser reajustados, a pedido da CONTRATADA para análise da CONTRATANTE, a partir de decorridos 12 (doze) meses da data efetiva da proposta, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

12.1. Admitida a hipótese, os preços inicialmente sugeridos serão reajustados pela variação do Índice de Custos da Construção Civil e Obras Públicas da Fundação Getúlio Vargas, consoante a seguinte fórmula:

$R = V \frac{(I - I_0)}{I_0}$	R – Reajustamento procurado; I - Índice correspondente à data de adimplimento da parcela do serviço faturado; I ₀ – Índice do mês referente a data limite de entrega da proposta a Licitante; V – Valor do pagamento solicitado a preços iniciais do contrato.
-------------------------------	--

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual, quer seja do cronograma, do prazo de vigência, do projeto ou das especificações, será efetuada sem autorização da Licitante. Em se tratando de acréscimo de obras, embora devidamente autorizado pela Licitante, não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) se reforma, e 25% (vinte e cinco por cento) para obras e serviços, do valor global deste Contrato de acordo com o art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores

13.1. As alterações contratuais se darão por meio de aditamento e deverão respeitar o trâmite administrativo e a legislação estadual vigente.

13.2. Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Secretaria, e serão considerados por esta Secretaria quando forem anotados no Diário de Obras.

13.2.1. Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais e ao prazo final, serão encaminhados por escrito à esta Secretaria um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 30 (trinta) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato dar-se-á na forma e pelos motivos constantes da Seção V - da inexecução e da rescisão dos contratos, artigos 77-80, seus incisos e parágrafos, da lei n. 8.666/93.

É possível ao Município contratante promover a rescisão unilateral quando constatado o descumprimento de direitos trabalhistas, ou quando, após notificação, a situação irregular não for sanada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- III. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 O atraso injustificado no cumprimento de qualquer obrigação decorrente do contrato ou instrumento convocatório sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 05 (cinco) dias consecutivos, multa diária de 0,2% sobre o valor total do contrato;
- b) atraso superior a 05 (cinco) dias consecutivos, multa diária de 0,4% sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte do Município de Mafra.

16.2 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste contrato, o Município de Mafra poderá aplicar, sem prejuízo das demais cominações legais bem como das multas e penalidades previstas neste edital ou no contrato, cumuladas ou não às seguintes sanções:

- a) advertência por escrito, quando o Contratado deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução do objeto contratado/licitado;
- b) multa compensatória com percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a falta for em decorrência ao não atendimento da solicitação de correção apontadas pela advertência escrita (exemplos de aplicação da multa: quando a contratada se negar em refazer o serviço executado de forma irregular; empregar materiais que comprometam a qualidade dos serviços, ou que não atendam as especificações descritas no memorial descritivo/caderno de encargos/projetos/planilhas; prejudicar o serviço da fiscalização; descumprir cláusulas contratuais e instrumento convocatório, dentre outras falhas apontadas pela fiscalização do Município).
- c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Mafra pelo prazo de até 02 (dois) anos, na hipótese em que o Licitante ou Contratado, convocado dentro do prazo de validade da proposta: não celebrar o contrato; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante o Município de Mafra.

16.3 O valor da multa aplicada poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, ou recolhido no Serviço de Tributação deste Município, ou ainda, judicialmente;

16.4 As penalidades aqui previstas não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no contrato ou no edital decorrer de justa causa ou impedimento, devidamente comprovado e aceito pelo Município de Mafra.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO E DO FORO

17.1. Vincula-se o presente contrato ao Edital de **Tomada de Preços nº 019/2022**, a proposta da Contratada, aos documentos constantes no Processo Físico e no que couber ou no que este instrumento for omissivo, às disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

17.2. Fica eleito o foro da cidade de Mafra/SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Mafra/SC, de de 2022.

EMERSON MAAS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

(EMPRESA)
(REPRESENTANTE LEGAL)
(CARGO/FUNÇÃO)
CONTRATADA

ADRIANO JOSÉ MARCINIAK
Secretário Municipal de Administração

NEREU MARTINS CARVALHO
Secretário Municipal de Agricultura e Interior

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome:
CPF N°

2ª _____
Nome:
CPF N°

Visto e aprovado pelo Procurador de Legislação e Atos Administrativos

LUCAS CAUAN HORNICK
OAB/PR 101.995